

MESTRADO
CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**DETERMINANTES DO ÍNDICE DE CORRUPÇÃO:
PORTUGAL E NORUEGA**

MARIA BEATRIZ DE FREITAS FRANCO

DEZEMBRO - 2020

MESTRADO EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**DETERMINANTES DO ÍNDICE DE CORRUPÇÃO:
PORTUGAL E NORUEGA**

MARIA BEATRIZ DE FREITAS FRANCO

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR PAULO LOPES HENRIQUES

COORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ DIAS LOPES

DEZEMBRO - 2020

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com todo o meu esforço e empenho, mas isto só foi possível porque trabalhei com a ajuda e apoio de pessoas incríveis que se tornaram fundamentais para que chegasse até aqui e para que eu concluísse esta etapa tão importante da minha vida.

Em primeiro lugar quero agradecer ao Professor Doutor Paulo Lopes Henriques por ter aceite ser meu orientador. Quero agradecer todo o apoio, atenção e disponibilidade e acima de tudo por ter acreditado em mim. Quero agradecer também ao Professor Doutor José Dias Lopes por todos os ensinamentos ao longo desta jornada.

Quero agradecer à minha família que sempre me deu força, que me apoiou incondicionalmente em todos os momentos deste processo, investindo em mim, na minha educação e que sempre acreditou que seria capaz de alcançar todos os meus sonhos. A eles estou eternamente grata por todos os valores incutidos, pela motivação, força, paciência e amor incondicional. Um especial obrigada à minha mãe que passou por todo este processo comigo. Sou muito grata por todos os momentos partilhados e por tudo aquilo que aprendi ao lado da mulher incrível que é.

Resumo

A corrupção tem vindo a ser estudada ao longo dos tempos e a implementação de medidas que combatem este fenómeno são cada vez mais propostas por grandes e influentes organizações, como a OCDE e a União Europeia. Estudos sobre as consequências deste fenómeno têm vindo a ser inconclusivos pois dependendo do contexto, do país ou da organização, a corrupção pode tanto trazer benefícios como malefícios.

O presente trabalho tem como objetivo compreender, quais os determinantes que mais influenciam a corrupção e quais os que se destacam comparando os dois países seleccionados. Para tal foram formuladas as seguintes questões: “Quais os indicadores que se destacam comparando a Noruega, um país com um forte sistema de integridade e Portugal, um país com fraco sistema de integridade?” e “Quais os indicadores que mais influenciam a corrupção?”. Realizou-se um teste paramétrico T para amostras independentes e ainda uma ANOVA Univariada via *General Linear Models*, tendo o Índice de Perceção de Corrupção (IPC) como variável dependente, o País como fator fixo e como covariáveis: Inflação; Produto Interno Bruto (PIB); *Trade*; Dívida Pública; Formação Bruta de Capital Fixo; Carga Fiscal e por fim, Número de empresas que faliram.

Conclui-se com o presente estudo que a corrupção efetivamente é influenciada de forma direta pela Dívida Pública e o Número de empresas que faliram, sendo que se estes dois preditores aumentam, a corrupção também aumenta. Já o *Trade* tem uma relação indireta com a corrupção: concluiu-se que se o *Trade* aumenta, a corrupção diminui. Destacaram-se ainda, mas com menos importância a Inflação, a Carga Fiscal e a Formação Bruta de Capital Fixo (indicadores apenas marginalmente significativos). Por fim, concluiu-se também que o Número de empresas que faliram é o indicador que mais influencia a corrupção e que os indicadores IPC, Dívida Pública e Número de empresas que faliram são os únicos preditores significativamente diferentes entre Portugal e a Noruega.

Palavras-chave: Corrupção; Crescimento Económico; Desenvolvimento; Ambiente Empresarial;

Abstract

Corruption has been studied over time and the implementation of measures to fight this phenomenon is increasingly recommended by large and influential organizations, such as OECD and European Union. Studies on the consequences of this phenomenon have been inconclusive since depending on the context of the country or the organization, corruption can bring both benefits and damages.

This work aims to understand, which determinants most influence corruption and which stands out comparing the two selected countries. To this end, the following questions were asked: “Which indicators stand out comparing Norway, a country with a strong integrity system and Portugal, a country with a weak integrity system?” and “What are the indicators that influence corruption the most?”. A parametric T test was performed for independent samples and also a Univariate ANOVA via General Linear Models, with Corruption Perception Index (CPI) as the dependent variable, the Country as a fixed factor and as covariables: Inflation; Gross Domestic Product (GDP); Trade; Public Debt; Gross Fixed Capital Formation; Tax Burden and finally, Number of companies that went bankrupt.

We conclude, with the present study that public debt and the number of companies that went bankrupt directly influences corruption – while these two predictors increase, corruption also increases. Trade, on the other hand, has an indirect relationship with corruption: it is concluded that if local trade diminishes corruption increases. Information, Tax Burden and Gross Fixed Capital Formation also stood out, but with less importance (indicators only marginally isolated). Finally, it was concluded that the number of companies that went bankrupt is the indicator that most influences corruption and that the indicators CPI, Public Debt and Number of companies that went bankrupt are the only significantly different indicators between Portugal and Norway.

Keywords: Corruption; Economic Growth; Development, Business Environment

Índice

CAPÍTULO 1 -----	1
<i>Introdução</i> -----	1
CAPÍTULO 2 -----	3
<i>Revisão da Literatura</i> -----	3
1. Corrupção -----	3
1.1 Tipos de Corrupção -----	5
1.2 Corrupção e Sociedade -----	7
1.3 Causas da Corrupção -----	8
1.3.1 Processo de Modernização -----	9
1.3.2 Cultura Cívica -----	9
1.3.3 Qualidade das Instituições -----	10
2. Corrupção na União Europeia -----	11
3. Corrupção e OCDE -----	14
4. Corrupção na Economia, na Dívida Pública e nas Empresas -----	16
CAPÍTULO 3 -----	20
<i>Metodologia de Investigação</i> -----	20
1. Método -----	20
2. Análise dos Dados -----	22
3. Discussão dos Dados -----	26
CAPÍTULO 4 -----	29
<i>Conclusão, Limitações e Sugestões Futuras</i> -----	29
1. Principais Conclusões -----	29
2. Limitações -----	30
3. Sugestões Futuras -----	31
Referências Bibliográficas -----	32

Índice de Tabelas

Tabela I -----	21
Tabela II -----	22
Tabela III -----	23
Tabela IV -----	25
Tabela V -----	25

CAPÍTULO 1

Introdução

No âmbito da conclusão do mestrado em Ciências Empresariais, o tema abordado no trabalho final de mestrado é Determinantes do Índice de Corrupção: Portugal e Noruega. O tema corrupção ao longo dos tempos tem vindo a ser estudado e os seus efeitos/consequências na economia são variáveis (Kim *et al.* 2017).

Kim *et al.* (2017) referem no seu estudo que existem autores como Leff (1964), Mendez e Sepulveda (2006) e outros que concluíram que a corrupção pode ter efeitos positivos, tais como a redução da burocracia, uma menor incerteza política e ainda descobriram que o crescimento da corrupção depende do ambiente institucional em que esta está inserida. Estes chegaram também à conclusão que o nível de maximização da corrupção é significativamente maior que zero, fazendo com que a corrupção promova o crescimento económico apenas quando esta acontece com pequena frequência (Kim, *et al.* 2017).

Por outro lado a maioria dos estudos apontam para o efeito negativo que a corrupção apresenta tanto para o desenvolvimento como para o crescimento económico, pois estudos expõem que a corrupção reduz o investimento direto tanto estrangeiro como doméstico, bem como a produtividade, mostrando-se prejudicial para a economia. Cooray *et al.* (2016) realizaram estudos que mostram que o aumento da corrupção leva a um consequente aumento da dívida pública e Pattilo *et al.* (2003) descobriram que para países altamente endividados a corrupção tem um impacto negativo sobre a dívida e sobre o crescimento (Kim *et al.* 2017). O estudo da dívida pública e dos fatores que a promovem são fulcrais para conseguirmos compreender de que forma esta pode impactar a nível económico, de modo a desenvolver estratégias adequadas e eficientes que vão de encontro a cada problemática encontrada sobre esta temática (Checherita-Westphal e Rother, 2012). Kim *et al.* (2017) referem ainda que o efeito da dívida pública sobre o crescimento económico não é homogéneo entre os países e que a dívida pública em si pode não ser um problema, mas sim a sua associação com a corrupção, visto que só a associação dos dois fatores pode realmente impactar o crescimento económico.

A corrupção aumenta tendencialmente os gastos públicos promovendo um aumento e mudanças nos gastos do governo que conseqüentemente levam a uma limitação no desenvolvimento económico e redução de investimentos diretos, como se pode constatar através de pesquisas elaboradas a nível empresarial com a ajuda do Índice de Relatório de Competitividade Global, Índice de Transparência Internacional e ainda o Índice de Negócios Internacionais (Cooray *et al.* 2016).

Os indicadores demográficos dos negócios são sensíveis às mudanças no ambiente macroeconómico por isso é fulcral estudar o seu comportamento quando confrontado com a corrupção. Perceber e estudar os principais indicadores demográficos das empresas é importante para conseguirmos ter uma compreensão mais profunda sobre o ciclo empresarial. É também interessante explorar a relação e os efeitos dos fenómenos corruptivos a nível empresarial (Žmuk *et al.* 2020). Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo compreender, quais os determinantes que mais influenciam a corrupção e quais os que se destacam comparando Portugal e Noruega.

A presente dissertação procura estudar e perceber quais os determinantes do índice de corrupção dos países: Portugal e Noruega e para isso pretendemos responder às seguintes questões:

1. Quais os indicadores que se destacam comparando a Noruega, um país com um forte sistema de integridade e Portugal, um país com fraco sistema de integridade?
2. Quais os indicadores que mais influenciam a corrupção?

O presente tema foi escolhido para a elaboração do trabalho final de mestrado, pois segundo dados da Organização de Transparência Internacional o IPC (índice de perceção da corrupção) de Portugal tem vindo a estagnar nos últimos 7 anos, descendo em 2018 para 64 pontos e para 62 pontos em 2019, colocando Portugal abaixo da média Europeia Ocidental (66) e da média da União Europeia (64) indicando muito pequenas variações ao longo dos anos (<https://transparencia.pt/portugal-derrapa-no-indice-de-percepcao-da-corrupcao-2019/>).

Este estudo mostra ainda que os países com melhor classificação no IPC como Noruega, Dinamarca e Suécia são aqueles que apresentam políticas de transparência proactivas, medidas estas referentes a áreas como: financiamento político, regulação de lóbis e de conflito de interesses e mecanismos eficientes de consulta pública. Isto reforça

a importância das medidas estratégicas a nível nacional contra a corrupção, bem como a necessidade de aperfeiçoamento das mesmas (<https://transparencia.pt/portugal-derrapa-no-indice-de-percepcao-da-corrupcao-2019/>). A Noruega foi o segundo país selecionado para a realização deste trabalho pois, apesar desta não apresentar a maior classificação no IPC a nível europeu, apresenta diversas medidas e práticas que se encontram à frente dos restantes outros países do mesmo grupo no que toca a políticas de transparência e combate à corrupção tais como: existência de regulamentos obrigatórios sobre o financiamento de partidos, incluindo regras claras para divulgação de doações; introdução de limites razoáveis para doações individuais feitas a partidos políticos; fim das doações anónimas exigindo que todas as doações sejam registadas e divulgadas publicamente acima de um determinado montante, proteção legal completa e eficiente para os denunciante e implementação de medidas e cumprimento da legislação com base nas melhores práticas e por fim a existência de mecanismos de denuncia e proteção adequada tanto para o sector público como para o sector privado (Mulcahy, 2012).

CAPÍTULO 2

Revisão da Literatura

O objetivo do presente capítulo tem por base uma breve revisão da literatura de modo a que possam ser apresentados os principais conceitos utilizados nesta dissertação. Desta forma, apresenta-se a definição de corrupção, são expostos os tipos e causas da mesma e ainda a relação desta na sociedade, na Europa, na economia e por último com a dívida pública. É explorada ainda um pouco da perspetiva da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) sobre esta temática. Posteriormente, estes conceitos serão objeto de análise com um foco específico em Portugal e Noruega através de um estudo empírico.

1. Corrupção

A corrupção por norma é compreendida como uma prática ou comportamento desviante que implica tanto a violação de regras legais expressas nos códigos penais e deontológicos, como a violação de normas sociais e culturais num determinado contexto

social e temporal (Sousa, 2011). A corrupção é um fenómeno milenar transcultural e a sua interpretação é dificilmente inalterável e constante, pois esta, pode ser utilizada em diferentes contextos promovendo transformações e mutações ao seu significado (Sousa, 2011). Antigamente a corrupção era considerada uma ilicitude através de iniciativas materiais e imateriais por parte de atores de mercado sobre funcionários públicos, a fim de distorcer ou manipular os seus interesses de modo a obter vantagens em procedimentos burocráticos e decisões políticas (Sousa, 2018). Contudo estas práticas nem sempre foram ilegais. Até 1922 as companhias e empresas americanas podiam de forma legal oferecer subornos para que desta forma se assegurassem contratos estrangeiros (Bodislav *et al.* 2016).

Hoje em dia a corrupção resulta principalmente de uma série de estratégias de poder, desenvolvidas por agentes económicos com o intuito de manipular políticas públicas e normas de mercado para benefício próprio, menosprezando o custo e os padrões morais das políticas e decisões administrativas para aqueles que pagam impostos. A corrupção torna-se deste modo dispendiosa e priva os cidadãos de mais do que dinheiro (Sousa, 2018). Este fenómeno é visto pela Organização de Transparência Internacional como um dos maiores desafios do mundo contemporâneo, pois afeta a eficiência governamental, enfraquece as políticas públicas e leva a uma ineficiente utilização de recursos, prejudicando assim o sector público e privado (Bodislav *et al.* 2016).

Como referido anteriormente a corrupção é tanto uma questão legal como moral/social (Bodislav *et al.* 2016), esta é utilizada para descrever práticas e comportamentos desviantes que reincidentem sobre a definição penal do fenómeno e também sobre aspetos morais e sociais alancados a determinados padrões de comportamento não sujeitos à violação formal dos códigos penais (Sousa, 2011). Este fenómeno não pode ser visto apenas como uma infração cometida e condenada, através do princípio legal porque deste modo seriam omitidos todos os comportamentos corruptos que não implicam uma violação legal ou uma violação dos códigos formais, não deixando estes de constituir uma violação dos padrões sociais expectáveis (Sousa, 2011).

A corrupção enquanto crime tem também um cariz social pois as relações informais e os custos morais da sociedade não são suficientes para manter a ordem social e salvaguardar a autoridade constitucional desejável e pretendida. A nível penal e criminal a corrupção é um comportamento voluntário que prejudica um bem tutelado pelo direito,

que é deste modo suscetível à aplicação de uma pena repressiva aos infratores por meio de um processo judicial. Os processos judiciais para este fim são invulgares pois o número de práticas e comportamentos fraudulentos nas esferas públicas e privadas (como favoritismo, nepotismo, cunha) passíveis de julgamento e processo judicial são reduzidos (Sousa, 2011).

1.1 Tipos de Corrupção

A corrupção existe através de um conjunto de três elementos essenciais. O primeiro elemento é a existência de poder, o segundo é uma quantia/valor associado a esse poder e o terceiro é um fraco sistema legal em que a probabilidade de condenação por atos corruptivos é baixa (Arvind, 2001). Diferentes autores apresentam diferentes formas de distinguir os tipos de corrupção existentes. Podemos então perceber os tipos de corrupção através da localização de um determinado funcionário público a nível institucional criando um modelo de corrupção em que a corrupção se torna do tipo: burocrática, política ou administrativa; podemos também ainda falar sobre tipos de corrupção tendo por base aspetos das próprias transações corruptas acabando estas por se distinguirem em seis formas diferentes de corrupção: a corrupção momentânea, a corrupção extorsiva; a corrupção defensiva, a corrupção investidora, a corrupção nepotística; a corrupção autogénica e a corrupção solidária (Morris, 2011). Por fim os tipos de corrupção podem ainda ser repartidos e agrupados pela sua frequência e recursos em quatro grupos (Sousa, 2011):

- **Corrupção esporádica ou fragmentada:** é um tipo de corrupção de baixa frequência pois os seus intervenientes não são recorrentes. É também um ato corruptivo de baixos recursos pois é feita de forma direta e imediata e pode decorrer em qualquer sector de atividade. É associado ao tipo de corrupção simples;
- **Corrupção estrutural ou cultural:** é um tipo de corrupção de elevada frequência pois decorre em todas as classes sociais e em todos os níveis governamentais. Envolve baixos recursos pois os alicerces deste tipo de corrupção passam pelas redes de apoio familiares, de amigos ou partidárias. É através dos intervenientes que provêm das redes informais que o ato corrupto acontece;

- **Corrupção sistémica ou política:** é um tipo de corrupção de alta frequência pois envolve diversos intervenientes, tanto atores diretos como diversos mediadores. É um tipo de corrupção que envolve também elevados recursos pois é um modelo corruptivo sofisticado que está intrinsecamente relacionado ao financiamento político e partidário. Os atos corruptivos sistémicos têm como objetivo camuflar, branquear e assegurar a credibilidade dos intervenientes. Este tipo de corrupção prejudica a transparência e a imparcialidade do sistema democrático, reduz a eficácia do governo, aumenta a despesa pública, enfraquece a relação qualidade/preço e torna o governo suscetível aos interesses privados e refém de lóbis. É considerado então o tipo de corrupção mais nocivo;
- **Corrupção meta sistémica/colarinho branco:** é um tipo de corrupção com baixa frequência pois o número de intervenientes é reduzido e de alta complexidade. Este tipo de corrupção envolve mecanismos sofisticados que requerem especialização e atores internacionais para que deste modo seja garantida a eficácia das operações clandestinas. É um tipo de corrupção raro praticado por mediadores e operadores financeiros, políticos e altos funcionários. Envolve grandes quantias monetárias e mecanismos de troca sofisticados tendencialmente transacionais, facilitando a permeabilidade entre política e mercado.

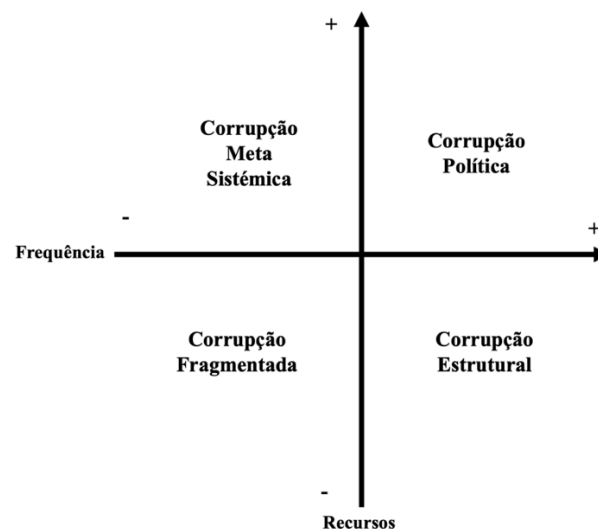


Fig1. – Gráfico de Tipos de Corrupção repartido por frequência e recursos

Fonte: Elaboração própria

1.2 Corrupção e Sociedade

A história e geografia das sociedades é importante para percebermos o nível de corrupção e a sua origem (Goel e Nelson, 2010). A história faz referência aos precedentes e costumes de uma sociedade modelada por instituições e normas. As práticas corruptivas em países historicamente ricos e complexos são difíceis de desenraizar (Sousa, 2018).

A corrupção tornou-se uma real preocupação com a criação do estado moderno pois esta está intrinsecamente relacionada com o funcionamento e organização do mesmo e ocorre através de uma relação de poder em sociedade. Com a evolução das sociedades, as estruturas de poder e a influência na compra de decisões foi evoluindo criando-se novas oportunidades e incentivos para este tipo de prática (Sousa, 2011).

A corrupção em países democráticos está associada não só à perceção dos cidadãos sobre os seus governantes atuais, mas também ao seu desempenho e eficiência em promover um bom serviço público (Sousa, 2018). A corrupção ataca os valores fundamentais de uma democracia, mas a importância dada a este fenómeno pelos seus cidadãos é reduzida, pois, o bem generalizado e a essência de riqueza sentida pelos cidadãos faz com que estes se desinteressem pelo fenómeno, desconsiderando a qualidade democrática e ética, fundamentais para uma sociedade democrática justa e inclusiva (Sousa, 2011).

Foi reconhecido pelo World Bank (2011) que existe uma grande relação entre liberdade política e o seu possível impacto na corrupção. Países que usam o sistema comum de leis inglesas são mais prováveis de apresentar menores níveis de corrupção devido à simplicidade legal do sistema (Goel e Nelson, 2010). No que diz respeito à organização da sociedade e à regularização das atividades económicas, as democracias são mais complexas do que as ditaduras, pois a existência de interesses plurais e grupos de pressão são mais recorrentes, dando lugar a expectativas individuais e a heterogeneidade de valores, havendo consequentemente uma maior abertura para atos corruptos disseminados (Sousa, 2011). Os cidadãos nas democracias são a chave na luta contra a corrupção, pois em países democráticos estes têm a possibilidade de exercer pressão governamental exigindo o combate à mesma (Accinelli *et al.* 2017).

As democracias por serem regimes mais abertos e escrutinados por diversos intervenientes apresentam uma exposição social da corrupção mais frequente, enquanto que as ditaduras que são ambientes mais fechados e com menor poder de escrutínio são comumente conhecidas por apresentarem um mau desempenho administrativo e também acessos parciais aos serviços e benefícios por parte dos cidadãos (Sousa, 2011).

A corrupção afeta todos os países do mundo apesar de afetar de forma mais acentuada os países em desenvolvimento (Hafner *et al.* 2016), por estes apresentarem um contexto gritante de desigualdade social e menor controlo legal (Sousa, 2011).

Em sociedades que apresentam níveis baixos de confiança social e institucional os atos corruptos tornam-se a única forma de satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos. A corrupção torna-se assim um meio de sobrevivência para a obtenção de bens e serviços (Sousa, 2011).

A definição social de corrupção difere consoante o seu contexto e a sua aplicação. Os valores associados à corrupção em democracias põem em causa as suas leis fundamentais enquanto que em regimes autoritários a existência destes mesmos valores é o que supre as necessidades básicas dos cidadãos (Sousa, 2011).

Com o aumento da corrupção, aumentam também as desigualdades nos rendimentos promovendo a pobreza (Accinelli *et al.* 2017). Impõe-se também um significativo custo social, político e económico para os membros dos estados europeus e seus cidadãos impactando a produtividade e o crescimento económico. A corrupção enfraquece desta forma o estado de direito, e provoca uma resposta ineficiente no serviço público acabando por destruir instituições e os fundamentos da democracia (Hafner *et al.* 2016).

1.3 Causas da Corrupção

Roman e Miller (2012) afirmam que, independentemente do desenvolvimento económico do país, existem inúmeros motivadores para a corrupção. Estes geradores de corrupção podem ser encontrados em todos os países independentemente do contexto social, político e económico, demonstrando que a cultura e os ambientes sociais são espaços fulcrais que devem ser tidos em consideração aquando o combate à corrupção e à implementação de medidas anticorrupção (Roman, 2012). A corrupção existe em todas as sociedades, mas podemos dizer que esta é mais comum em algumas sociedades do que

em outras e mais comum ainda em alguns momentos na evolução de uma sociedade do que em outras épocas (Huntington, 1968). O processo de modernização, a cultura cívica e a qualidade das instituições são as principais dimensões responsáveis pela corrupção numa sociedade e é importante distinguir as causas que facilitam ou condicionam a ocorrência, frequência e difusão da corrupção num determinado contexto social e período histórico (Sousa, 2011).

1.3.1 Processo de Modernização

A corrupção numa sociedade em modernização é, em parte, não tanto o resultado do desvio de comportamento das normas aceites, mas sim o desvio das normas dos padrões de comportamento estabelecidos. A corrupção pode assim ser mais predominante em algumas culturas do que em outras, mas na maioria das culturas esta parece ser mais predominante durante as fases de modernização mais intensas. Primeiro, a modernização envolve uma mudança nos valores básicos da sociedade, em particular na aceitação gradual por parte de determinados grupos dentro da sociedade, esses grupos então começam a julgar sua própria sociedade pelo surgimento de novas normas, passando o comportamento que era aceitável e legítimo de acordo com as normas tradicionais a ser inaceitável e corrupto. (Huntington, 1968).

1.3.2 Cultura Cívica

A corrupção associada à falta de cultura cívica provém dos baixos níveis tanto de confiança como institucionais e provém ainda dos fracos laços de solidariedade nacional associados ao país. O desenvolvimento da corrupção pode também ser mais recorrente em países onde os valores democráticos estão menos enraizados e onde os seus cidadãos demonstram pouco interesse e pouca participação política. As sociedades com experiências autoritárias ou até mesmo totalitárias recentes sofrem impactos, pois estas apresentam baixos níveis de entendimento sobre os seus cidadãos e sobre temáticas como a legalidade, ética pública e corrupção (Sousa, 2011).

A religião como já referido está também associada aos traços culturais e a ética religiosa exerce um grande poder em sociedade, influenciando-a à predisposição para tolerar a corrupção. No que diz respeito ao peso moral da corrupção dos indivíduos, um

estudo aponta que diferentes religiões apresentam diferentes éticas religiosas, influenciando de forma distinta a relação que cada indivíduo apresenta com a corrupção ou com atos corruptivos (Sousa, 2011).

1.3.3 Qualidade das Instituições

A qualidade organizacional nas sociedades está relacionada com o modo como os cidadãos reconhecem os seus direitos e deveres e como estes são exercidos. A prevalência da corrupção num determinado país está associada ao modo como o estado se organiza, às dimensões do mesmo, ao seu nível de intervenção na economia, ao peso que o estado exerce sobre o seu sector empresarial (quer de forma direta ou de forma indireta através da regulação dos mercados, do grau de circulação e renovação) e ainda das formas como o estado organiza o seu poder político. Quando o Estado é percecionado como lento, injusto e insensível aos problemas dos cidadãos, estes acabam por alegar fortes razões para ignorar a transparência e a legalidade dos processos do Estado e gozar o que é-lhes de direito (Sousa, 2011). O grau de corrupção dos responsáveis pela aplicação da lei determinará também a eficácia dos esforços anticorrupção. Isto porque a independência do sistema jurídico e a relação com os políticos exigem um maior controle. Um sistema em que os canais legais são abertos e facilmente acessíveis provavelmente apresentará níveis mais baixos de corrupção (Arvind, 2001).

A corrupção nesta dimensão acontece também maioritariamente a partir dos negócios na área pública realizados num contexto onde existem lacunas regulamentares e uma falta de controlo, promovendo desta forma atos ilegais dificilmente perceptíveis e assim dificilmente condenáveis. As pressões e influências provenientes dos atores responsáveis por estes processos corruptivos aparecem através de processos de decisão desde lobbies, a promessas futuras de emprego, pagamentos ou donativos políticos. Com as mudanças no sector público o funcionamento do mesmo alterou-se tornando o Estado suscetível a novos e não calculados riscos, promovendo um ambiente descontrolado propício à corrupção. A corrupção é então neste contexto uma consequência da falta de controlo e ineficiência dos órgãos do estado (Sousa, 2011).

É possível identificar as potenciais áreas de risco e as causas da corrupção se tivermos em conta os elementos fundamentais das sociedades e as relações que estes

gozam entre si. Elementos como: o estado e o mercado; os níveis de modernização; as culturas cívicas e os seus modos organizacionais; o funcionamento da administração pública e o sistema político e finalmente os fatores de risco em cada uma dessas dinâmicas (alguns dos quais conjunturais); são fatores responsáveis pela criação de sociedades únicas e dinâmicas, culturalmente complexas e que são em última instância a resposta ao combate à corrupção (Sousa, 2011).

2. Corrupção na União Europeia

Após a modernização da Europa Ocidental e das normas governamentais terem sido bem definidas sobre a distribuição dos bens públicos, deu-se início à discussão sobre corrupção na UE (Pippidi, 2006). Em geral os países da UE têm vindo a experienciar níveis alarmantes de desilusão e contestação democrática. O baixo desempenho macroeconómico afeta a perceção da qualidade vivida nas democracias especialmente em períodos de crise. A corrupção ganha assim consequentemente força em sociedades democráticas através de lacunas económicas percecionadas pelos cidadãos, que por sua vez preenchem-nas, através de influências e de novas interações de poder, prejudicando o funcionamento e promovendo as desigualdades nestas mesmas sociedades (Sousa, 2018).

No contexto histórico da Europa Ocidental e da América do Norte existe uma pressão e expectativa para que os seus profissionais e governantes sejam responsáveis. Estas obrigações e pressões levam a mudanças tanto formal como informalmente nas instituições, através da construção de um governo responsável proveniente deste mesmo contexto histórico (Pippidi, 2006).

A função da União Europeia passa pelo combate à corrupção a nível dos estados membros, passa também por estabelecer prioridades nas áreas da liberdade, segurança e justiça como mencionado no Tratado de Amesterdão, cujo tema recai sobre a luta contra a corrupção. O Tratado de Lisboa não tem um impacto substancial no combate à corrupção, mas dispõe de informação sobre as áreas referentes à liberdade, segurança e justiça (incluindo o Artigo 82 e 83 no Tratado de Lisboa) que representam um componente importante nas bases legais da União Europeia. O controlo da corrupção é

algo prioritário nas componentes da Europa 2020 e é uma das prioridades do Conselho da União Europeia (Hafner *et al.* 2016).

Cada país pertencente à União Europeia apresenta um sistema de integridade intrínseco num contexto cultural, histórico, institucional e legal. É então fulcral que cada um priorize soluções nos seus próprios contextos nacionais, de modo a resolver os problemas existentes na UE (Mulcahy, 2012).

A corrupção em sociedades democráticas ou em regimes universalistas como as que encontramos na Europa Ocidental e na América do Norte podem manifestar-se através de um estado de direito fraco e através de políticas igualitárias escassas que representam o favoritismo de apenas alguns grupos sociais (Pippidi, 2006). A corrupção que perturba os cidadãos europeus é aquela que provém da evolução democrática e do seu desenvolvimento (corrupção dita legal ou institucional). Existe então uma batalha que não consegue ser ganha apenas com leis anticorrupção ou fortalecimento do sistema legal, é necessária uma abordagem mais complexa que abranja diversas instituições e políticas, permitindo recuperar o apoio dos cidadãos em termos éticos (Sousa, 2018).

A União Europeia apresenta um pequeno grupo de países (Dinamarca, Noruega e Suécia) que por exibirem um sistema judicial forte, forças policiais ativas e bons recursos institucionais lideram no âmbito do sistema de integridade. A União Europeia apresenta ainda um grupo de países (Alemanha, Finlândia, Suíça e Reino Unido) que apesar de também apresentarem fortes desempenhos a nível judicial e institucional, apresentam ainda incoerência no combate contra a corrupção (Mulcahy, 2012).

Apesar destes dois grupos serem os que lideram no que toca à integridade na UE estes ainda estão vulneráveis aos riscos da corrupção por apresentarem uma abordagem superficial no que toca a alguns aspetos dentro do sistema de integridade, como no caso da Suíça e da Suécia pois, não apresentam obrigatoriamente um regulamento explícito e controlado para os seus departamentos financeiros. É então fulcral reformas de modo a controlar e regular melhor a parte financeira para que assim não haja abertura ou forma de manipular ou influenciar o sistema (Mulcahy, 2012).

Os países mais a sul da União Europeia partilham todos os mesmos problemas no que toca ao combate à corrupção. Em 2011 tornou-se evidente que a administração pública de Portugal, Grécia, Itália e Espanha necessitavam de quadros legais responsáveis e mecanismos íntegros, pois em especial Grécia, Portugal e Espanha apresentavam

particularmente mecanismos ineficientes e negligentes no que toca à corrupção, ao seu controlo e punições (Mulcahy, 2012).

A Europa apresenta fraquezas já identificadas no seu sistema de integridade, que devem urgentemente ser estudadas e discutidas, sendo estas (Mulcahy, 2012):

- Financiamento dos partidos políticos;
- Falta de transparência das atividades lobistas;
- Poucos mecanismos de integridade no parlamento;
- Pouco acesso à informação;
- Escassa transparência na procura pública;
- Inexistente proteção dos que denunciam a corrupção;
- Pouco acesso a informação e revisão de políticas e práticas executórias;
- Inexistente proteção legal de práticas que limitem o medo e motivem as denúncias a todos.

O sistema de integridade deve implementar medidas para que haja melhorias eficientes e uma verdadeira responsabilização dos agentes corruptos, ajudando a promover uma União Europeia mais íntegra, justa e desenvolvida (Mulcahy, 2012).

Cerca de 80% dos cidadãos de metade dos estados que fazem parte da União Europeia consideram o seu país corrupto ou admitem terem participado ou terem presenciado atos corruptos e também admitem que não denunciam nem expõem essa situação. Podemos assim afirmar que nenhum país está “imune” à corrupção e aos seus efeitos (Quintanilla *et al.* 2018). Isto reflete-se na falta de confiança dos cidadãos para com as instituições e processos democráticos (Sousa, 2018).

O papel dos cidadãos é essencial e a sua atenção a este fenómeno é fulcral para que assim possam proteger a democracia, denunciando atividades lobistas de modo a assegurar que todos os cidadãos estejam a par do que se passa a nível nacional, para que se abram debates públicos, fazendo com que deste modo haja mudanças significativas, que consequentemente levem à diminuição de práticas corruptas; tornando os cidadãos elementos independentes de monitorização do governo, dos negócios e dos parlamentos (Mulcahy, 2012). Para haver um controlo da corrupção é também importante que haja um controlo apertado dos fundos da União Europeia e dos fundos facultados aos seus estados membros (Quintanilla *et al.* 2018).

Para que aumente a vigilância sobre os gastos que poderão ocorrer de forma inapropriada deverá haver:

- Um controlo e revisão anual sobre as práticas anticorrupção de cada estado membro e recomendações específicas;
- A promoção de um índice anticorrupção nos países com mais riscos de corrupção e um maior controlo dos países dos estados membros;
- A proteção das denúncias por todas as instituições da União Europeia e a possibilidade de denúncias anónimas;
- Um aumento da capacidade de investigação de fraude no que toca às despesas feitas e reais consequências para o uso inadequado das mesmas;
- Uma gestão controlada dos estados membros pela comissão europeia dos fundos provenientes da União Europeia aos países que apresentam uma falta de controlo e organização por parte do Estado;
- Um aumento da transparência no que toca aos fundos europeus tanto nos projetos como na implementação dos mesmos e como esses fundos são gastos;
- Um maior investimento em comunicação (Quintanilla *et al.* 2018).

É necessário reconfigurar esforços anticorrupção para que deste modo as instituições se tornem mais credíveis e resilientes (Sousa, 2018).

3. Corrupção e OCDE

Atualmente o papel das empresas nos mercados internacionais está cada vez mais em evidência graças ao impulso evolutivo da tecnologia nas indústrias, permitindo um aumento crescente e diversificado de empresas em contexto internacional (OCDE, 2020).

A OCDE é uma organização que une diversos governos com o intuito de promover um ambiente favorável à ocorrência de debates que fomentem respostas para problemas comuns, discussões de boas práticas e definição de políticas domésticas e internacionais. O objetivo desta organização passa por fortalecer as estruturas jurídicas e as políticas de transparência internacionais através de debates, contribuindo para o processo de desenvolvimento tanto das empresas como dos países aderentes no âmbito económico, social, ambiental e tributário de forma a combater e eliminar atos corruptivos através das recomendações propostas em forma de diretrizes que são responsáveis por garantir uma

segurança mútua entre empresas e sociedade, garantindo que tanto as operações e políticas governamentais são respeitadas como as condutas comerciais são implementadas de modo a que haja desenvolvimento (OCDE, 2020).

A contribuição das empresas nas comunidades locais é fulcral, pois estas cooperam com o intuito de facultar um desenvolvimento humano para os seus trabalhadores e membros das comunidades a partir de formações e do desenvolvimento de competências técnicas, possibilitando de forma consequente a criação crescente de oportunidades de emprego e um desenvolvimento dos recursos humanos nesses mesmos países. A aposta feita pelas multinacionais nestas comunidades através da formação do capital humano alia práticas não discriminatórias e processos contratuais que promovem formação e aprendizagem, tornando as empresas parceiras governamentais no desenvolvimento das suas atividades económicas. As empresas, em especial as multinacionais apresentam cada vez mais uma maior preocupação em melhorar os seus padrões de conduta corporativos (OCDE, 2020). Isto acontece a partir da criação de um controlo interno através de programas ou medidas de ética, garantido desta forma, uma manutenção dos registos e assim um maior controlo interno. Estes comportamentos aumentam a transparência das atividades empresariais o que ajuda no combate à corrupção (OCDE, 2011).

Através destes processos internos realizados, as empresas conseguem cada vez mais, identificar e prever os potenciais riscos e impactos, tanto criados como encontrados no mercado, facilitando a criação de medidas de como lidar com essas particularidades (OCDE, 2011). É então importante que todas as empresas desenvolvam e implementem planos adequados para que possam prevenir e mitigar possíveis impactos adversos tanto presentes como futuros (OCDE, 2018). As tomadas de decisão podem então assim ser feitas com total transparência e as operações empresariais desta forma são consideradas e justificadas de forma a que se mantenham coerentes e éticas, sendo da responsabilidade das empresas lidar com estes mesmos impactos (OCDE, 2011), adaptando ou modificando se necessário certos aspetos das operações, produtos ou serviços para prevenir e mitigar o impacto das relações comerciais (OCDE, 2018).

A responsabilidade sobre o desenvolvimento sustentável das regiões e sobre a utilização de atos corruptivos nas comunidades não é apenas das empresas, é também dos governos e das políticas implementadas pelos mesmos, pois como referido anteriormente

é uma ligação entre governo e empresas (OCDE, 2020). Os governos têm a responsabilidade de combater a corrupção através da responsabilização ética das suas atividades e dos seus funcionários. O fenómeno corruptivo neste contexto está relacionado com a inexistência da implementação de condutas de boas práticas, com a falta de incentivos e com a inexistência de transparência empresarial, tanto no sector público como no privado. A aplicação de programas de ética ou de boas práticas promovidas pelos governos, fazem com que a consciencialização desses mesmo países para com as temáticas da corrupção seja cada vez mais forte e o apoio público seja também cada vez maior (OCDE, 2011).

Cada vez mais graças à cooperação de empresas com organizações intergovernamentais e Organizações Não Governamentais (ONGs) sistemas de gestão especializados estão a ser criados através do desenvolvimento de padrões aperfeiçoados. Isto permite que as empresas participem em atividades que vão de encontro aos códigos de conduta voluntários, que manifestam um compromisso de valores éticos em áreas sensíveis como: meio ambiente, direitos humanos, normas trabalhistas e proteção do consumidor. O objetivo passa por ajudar as empresas a lidar com estes contextos, a respeitar o compromisso proposto e ainda promover atividades que realmente influenciam os resultados do desenvolvimento sustentável. É deste modo fundamental uma abordagem direta sobre este fenómeno através de programas de apoio implementados pelos governos de modo a que diminuam as solicitações de atos corruptos para com as empresas estrangeiras, para que estas se sintam mais seguras e protegidas contra os riscos e implicações, permitindo uma abertura para o aumento de investimento e ainda um aumento do interesse por parte das empresas (OCDE, 2011).

4. Corrupção na Economia, na Dívida Pública e nas Empresas

A corrupção como conseguimos constatar anteriormente pode deteriorar os incentivos, derrubar as oportunidades, difundir recursos e adulterar os sinais de preço provocando dubiedade e comprometendo políticas públicas, bem como alienação e agitação política (Blackburn, 2012).

O crescimento económico é afetado pela corrupção através dos efeitos adversos da mesma sobre a qualidade governamental em geral. Isto significa que a corrupção

prejudica as decisões dos agentes económicos, a partir da existência de informação adulterada sobre os riscos associados às decisões de investimento, aos custos transacionais, ao nível de confiança e ainda à habilidade das instituições governamentais para gerir os conflitos e crises económicas, acabando por distorcer a capacidade de um país para registar o seu crescimento económico através da criação de novas oportunidades de mercado ou fortalecimento das já existentes (Bodislav *et al.* 2016).

A nível macroeconómico o controlo da corrupção apresenta um risco medido, possibilitando a deteção dos seus impactos mais significativos (Pellegrini *et al.* 2017).

Efeitos económicos da corrupção (Bodislav *et al.* 2016):

- Incentiva a distribuição dos recursos económicos, através de atividades ilegais que levam a uma deficiente distribuição de investimentos em vários sectores económicos, utilizando esses incentivos para atividades ilegais em vez de serem utilizados em atividade económicas legais. Aumenta a incerteza no que toca a decisões económicas, pois a incerteza afeta o ambiente de investimento no geral, o que promove o medo da perda de capital investido.
- Degrada os mecanismos para a resolução de disputas negociais, isto porque os investidores levam em consideração os escândalos políticos e económicos dos governos dos países em que estes pretendem investir. Num ambiente em que o governo é suspeito e está implicado em escândalos de corrupção, os investidores levam em consideração tudo aquilo que poderá ser exposto nas decisões dos elementos corruptos.
- Reduz a produtividade do capital marginal, isto porque grande parte da percentagem do resultado de atribuição será para os recursos do governo de modo a manter a segurança nos negócios.
- Aumenta a desigualdade na distribuição dos rendimentos, na economia e na perda das receitas através das taxas, havendo consequentemente uma diminuição no crescimento económico.
- Influencia os pequenos e médios negócios pois grandes negócios têm a possibilidade de lutar contra os efeitos da corrupção e isto altera as relações entre as grande e pequenas/médias empresas.

O impacto negativo da corrupção provoca um ambiente institucional duvidoso que é menos suscetível às atividades económicas e de negócio (Pellegrini *et al.* 2017). A corrupção deste modo influencia também o desempenho empresarial, pois um fraco desenvolvimento e crescimento económico está associado a uma exposição das economias à corrupção (Ezebilo *et al.* 2019), promovendo consequentemente uma maior probabilidade de fracasso empresarial, ou seja, o encerramento das empresas (Nam *et al.* 2020). A corrupção no mercado e no mundo empresarial tem um efeito dual pois dependendo do contexto do país, do sector, tamanho e tempo das empresas no mercado, a corrupção pode ajudar ou prejudicar as empresas tanto no seu desempenho como na sustentabilidade das mesmas (Nam *et al.* 2020).

Países que apresentam tanto níveis altos de regulação burocrática a nível empresarial e nos negócios como um histórico de corrupção no sector público costumam ter um desempenho negativo no índice de facilidade para fazer negócios, isto porque existem vários impedimentos que restringem o funcionamento eficaz do sector público, amplificando os efeitos negativos da corrupção nas novas atividades de negócio, refletindo a fraqueza institucional e problemas de capacidade, ineficiência e burocracia, o que consequentemente amplifica as restrições para o desenvolvimento económico (Ezebilo *et al.* 2019). Estas falhas institucionais promovem o surgimento de instituições informais que acabam por desencadear e potencializar a corrupção em sociedade para ganho privado. Apesar do suborno ajudar a acelerar os processos burocráticos, o propósito de ingressar pelo caminho da realização de atos corruptivos, acaba por falhar a longo prazo, pois o número de transações futuras acabará por aumentar, transformando a operação ineficaz e acabando por não compensar em relação aos potenciais ganhos (Sahakya e Stiegert, 2012).

Para as novas empresas, os riscos e custos associados à corrupção são altos visto estas não apresentarem a habilidade e as informações necessárias sobre o mercado. Como consequência dá-se um aumento dos custos de abertura de um novo negócio, uma extensão do tempo necessário para a criação do mesmo, um incentivo à concorrência desleal, uma distribuição de incentivos financeiros do negócio de forma errada, desencorajando assim a criação e o desenvolvimento de novas empresas (Lepojević *et al.* 2019). As pequenas e médias empresas costumam formar o maior segmento do setor privado e são importantes impulsionadoras do desenvolvimento económico (Ezebilo et

al. 2019), no entanto, um grande número de empresas não corresponde às expectativas e fracassa nas fases iniciais do ciclo de vida empresarial (Nam *et al.* 2020), pois como referido estas estão expostas a recursos e habilidades insuficientes no mercado, o que acaba por elevar os custos e os riscos a que as empresas estão sujeitas (Nam *et al.* 2020). A morte de empresas é parte integrante do fenómeno do empreendedorismo. Controlar a taxa de saída das empresas do mercado, ao longo do tempo ajuda a compreender o processo de “destruição criativa” e ainda o impacto dos ciclos económicos no meio empresarial (OECD, 2017).

Em geral a corrupção pode danificar a economia e como sublinhado pode também reduzir o seu crescimento e afetar a dívida pública (Cooray *et al.* 2016). A correlação entre a dívida pública e a corrupção é significativa, pois esta influencia negativamente de forma direta o crescimento económico. Isto acontece porque a corrupção aumenta a dívida pública, o que consequentemente diminui o crescimento económico (Kim *et al.* 2017). A corrupção pode afetar a dívida pública de três maneiras distintas: pode diminuir os níveis de crescimento, que por sua vez aumentam os níveis da dívida pública; pode afetar a dívida pública através tanto dos gastos como dos ganhos (pois entidades públicas corruptas podem inflacionar os gastos públicos para ganho pessoal, pagando acima do preço de mercado por bens e serviços necessários para a produção de bens públicos, sendo o montante gasto maior do que o necessário) e por último, ao baixarem as classificações de títulos, a corrupção pode levar a um aumento dos custos de dívida (Kim *et al.* 2017).

Para melhor compreendermos quais os reais determinantes da corrupção e quais os preditores que mais a influenciam, existem uma série de fatores externos que devem ser estudados (Benfratello *et al.* 2017), assim achamos essencial perceber quais os fatores que mais influenciam a corrupção. Para isso pergunta que queremos ver respondida é: **“Quais os indicadores que mais influenciam a corrupção?”**.

O crescimento sustentável é um dos principais objetivos de todos os governos, por isso é fulcral sabermos que efeitos a dívida pública tem sobre o crescimento económico e quais as limitações existentes, sendo que a corrupção tem um papel importante nesta relação (Kim *et al.* 2017). Os governos precisam reduzir não apenas os empréstimos públicos, mas também os seus gastos e os gastos nas suas estruturas e nos seus programas que são tendencialmente corruptivos (Cooray *et al.* 2016). A diminuição da corrupção requer uma forte qualidade governamental e institucional e para tal acontecer são necessárias

reformas duradoras e atempadas (Kim *et al.*, 2017). Com isto queremos ainda perceber quais os indicadores que se destacam comparando dois países com dispare sistemas de integridade e para isso queremos ver respondida a seguinte questão: **“Quais os indicadores que se destacam comparando a Noruega, um país com um forte sistema de integridade e Portugal, um país com fraco sistema de integridade?”**.

CAPÍTULO 3

Metodologia de Investigação

Neste capítulo analisamos os dados e a metodologia utilizada, de modo a obter respostas às perguntas inicialmente formuladas e consequentemente respondendo ao objetivo do estudo.

1. Método

A metodologia de investigação utilizada é a quantitativa. Este tipo de metodologia é usada quando se pretende identificar e apresentar dados estatísticos e tendências através de recolha de medidas quantificáveis de variáveis (Sousa e Baptista, 2014). Pretendemos verificar quais os fatores que contribuem para a influência e o aumento da corrupção e neste caso específico do IPC - Índice de Perceção de Corrupção, com os dados de Portugal, um país com um fraco sistema de integridade e a Noruega, um país com um dos melhores sistemas de integridade, através da utilização de 13 variáveis relevantes para o estudo, variáveis estas de cariz económico e social. Os dados recolhidos são referentes ao período entre 2000 e 2019 sobre Portugal e a Noruega e serão processados através do software estatístico IBM® SPSS® V.25 .

Como pudemos constatar previamente na revisão de literatura a corrupção está diretamente relacionada com a natureza cultural, social, política, legal, organizacional, económica e financeira, fazendo desta temática uma das mais intrincadas da sociedade moderna (Maia, 2015). O objetivo deste trabalho é perceber quais os determinantes que mais influenciam a corrupção e quais os que se destacam comparando os dois países selecionados: Portugal e Noruega. Para alcançar o esse objetivo foram selecionadas 13 variáveis relevantes para a realização e análise do mesmo.

Tabela I

Variáveis e Origem dos dados

Variável	Definição	Fonte/Origem
IPC	Índice de Perceção da Corrupção. Medida de corrupção fornecida pela Organização de Transparência Internacional e mede os níveis percebidos de corrupção, numa escala de 1 a 100.	Organização de Transparência Internacional (https://transparencia.pt/cpi2019/)
PIB	Produção igual à soma dos valores brutos adicionados de todas as unidades institucionais residentes envolvidas na produção.	OCDE (https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=1163)
Inflação	Um aumento sustentado no nível geral de preços, frequentemente medido por um índice de preços ao consumidor. A taxa de inflação é a variação percentual do nível dos preços num determinado período de tempo.	FMI (https://www.imf.org/external/np/exr/glossary/showTerm.asp#90)
Carga Fiscal	Soma do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e do trabalhador mais as contribuições para a segurança social do empregador juntamente com qualquer imposto sobre a folha de pagamento menos transferências monetárias, expressas como uma percentagem dos custos laborais.	OCDE (https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=7273)
Trade	Soma da exportação e importação como uma percentagem do PIB.	Banco Mundial (https://databank.worldbank.org/metadataglossary/all/series?search=trade)
Deficit	O deficit público acontece nas contas públicas quando existem mais dívidas e despesas sendo pagas, do que receitas sendo arrecadadas no país. O acumulado de deficits resulta na dívida pública. O deficit público pode ser representado como uma percentagem do PIB num determinado período.	OCDE (https://data.oecd.org/gga/general-government-deficit.htm)
Formação Bruta de Capital Fixo	A formação bruta de capital fixo é medida pelo valor total das aquisições de um produtor, menos cessões, de ativos fixos durante o período contabilístico mais certas adições ao valor dos ativos não produzidos (tais como ativos do subsolo ou grandes melhorias na quantidade, qualidade ou produtividade dos terrenos) realizadas pela atividade produtiva das unidades institucionais.	OCDE (https://stats.oecd.org/glossary/search.asp)
População	Número total de habitantes no território nacional. Considera-se esta variável para verificar se a população está crescendo mais do que a capacidade produtiva.	Banco Mundial (https://databank.worldbank.org/metadataglossary/all/series?search=population)
IDH	O indicador de desenvolvimento humano é composto por três dimensões: a renda per capita, longevidade e escolaridade. A utilização da mesma proporciona uma relação entre ações políticas, variáveis económicas e impactos sociais	UNDP (http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi)
Taxa de Desemprego	Percentagem da população ativa que está sem trabalho, está disponível para trabalhar e toma medidas específicas para encontrar trabalho.	OCDE (https://data.oecd.org/unemp/unemployment-rate.htm)
Número de encerramento de empresas empregadoras	Empresa que cessou a atividade. Considera-se cessada a atividade, uma vez verificada a dissolução de uma combinação de fatores de produção, desde que não existam quaisquer outras empresas envolvidas no processo. Não se incluem empresas que cessaram a sua atividade devido a fusão, aquisição maioritária, dissolução ou reestruturação de um conjunto de empresas. Não se incluem igualmente, as saídas devidas apenas a uma mudança da atividade.	PORDATA, Norway Statistics (https://www.pordata.pt/Glossario)
Número de criação de novas empresas	Empresa que resulta da criação de uma combinação de fatores de produção, desde que não existam outras empresas envolvidas neste acontecimento. Não se incluem empresas que entram devido a fusão, cisão ou reestruturação de um conjunto de empresas. Não se incluem igualmente, as entradas derivadas somente de uma alteração de atividade	PORDATA, Norway Statistics (https://www.pordata.pt/Glossario)
Dívida Pública	A dívida pública é a soma das obrigações externas do governo e de agências do setor público.	OCDE (https://stats.oecd.org/glossary/search.asp)

Fonte: Com base em Kim *et al.* (2017), Bação *et al.* (2019) e Giana Mores (2009).

2. Análise dos Dados

Depois da recolha dos dados e a sua organização em painel, realizou-se a análise e tratamento dos mesmos, tendo-se efetuado uma análise de variância univariada (ANOVA) de IPC, via *General Linear Models* com o objetivo de identificar os fatores preditores de IPC, ou seja, que se apresentem no modelo como significativos. Por análise de Regressão Linear Múltipla, verificou-se a existência de variáveis multicolineares entre os preditores, tendo-se consequentemente excluído desta os indicadores de IDH, Deficit, População, Taxa de desemprego e Número de criação de novas empresas, ficando apenas os seguintes indicadores.

Tabela II

Indicadores Seleccionados e Origem dos dados

Indicadores	Fonte/Origem
IPC	Organização de Transparência Internacional
Trade	Banco Mundial
PIB	OCDE
Inflação	FMI
Carga Fiscal	OCDE
Formação Bruta do Capital Fixo	OCDE
Número de encerramento de empresas empregadoras	PORDATA, Norway Statistics
Dívida Pública	OCDE

Para responder à primeira pergunta proposta: **“Quais os indicadores que se destacam comparando a Noruega, um país com um forte sistema de integridade e Portugal, um país com fraco sistema de integridade?”** Foi realizada uma comparação de médias dos diferentes indicadores, entre Portugal e Noruega.

Considerando a natureza quantitativa dos indicadores e a pretensão de comparar as médias de 2 grupos independentes, recorreu-se ao teste paramétrico T para amostras independentes. Para o efeito, asseguraram-se de normalidade de distribuição do indicador em estudo por grupo país, e a homogeneidade de variâncias. A normalidade de distribuições foi realizada através do teste de Shapiro-Wilk, na medida em que as

amostras de resultados apresentavam dimensão inferior a 50. A homogeneidade de variâncias foi realizada através do teste de Levene. Nas situações em que não se observou normalidade de distribuição ($p < 0.01$), foi utilizada a alternativa não paramétrica ao teste T, nomeadamente o teste de Mann-Whitney (p-valor inferior a 0.05 foi considerado estatisticamente significativo).

Quisemos então comparar Portugal e Noruega porque apesar de ambos os países pertencerem à União Europeia, a Noruega apresenta um dos melhores sistemas de integridade da Europa e consequentemente um dos mais altos Índice de Perceção de Corrupção do mundo, enquanto que, Portugal apresenta um fraco sistema de integridade e mecanismos ineficientes no que toca ao combate à corrupção, o que faz com que seja um dos países da Europa com o Índice de Perceção de Corrupção mais baixo. Queremos com isto comparar os dois países e perceber quais as principais diferenças entre eles através do estudo das médias das variáveis referente ao período estudado.

Tabela III

Indicadores: Médias por país e testes de comparação de médias

Indicadores				Desvio		p
	País	N	Média	Padrão	t	
Índice de Perceção de Corrupção (0-100)	Noruega	20	86.3500	2.6213	31.978	.000
	Portugal	20	62.9000	1.9708		
Inflação (%)	Noruega	19	1.3389	1.2470	-.746	.460
	Portugal	20	1.6872	1.6299		
Carga Fiscal (% labour of cost)	Noruega	20	37.3363	.9428	259.000 ^a	.114
	Portugal	20	38.6595	2.0468		
Trade (% do PIB)	Noruega	20	70.1468	2.5259	-1.116	.276
	Portugal	20	72.4188	8.7460		
Formação Bruta do Capital Fixo (\$ milhões)	Noruega	20	61673.9949	19851.8845	1.455	.159
	Portugal	20	54849.6623	6788.5238		
Dívida Pública (% do PIB)	Noruega	20	44.0414	7.9635	400.000 ^a	.000
	Portugal	20	107.5275	31.2388		
Número de empresas que faliram	Noruega	20	4237.7500	683.1823	-30.763	.000
	Portugal	16	155268.3125	19628.6050		
PIB (\$ bilhões)	Noruega	20	272.3122	67.01883	-.209	.836
	Portugal	20	276.2233	50.3972		

a Teste de U MannWhitney

Podemos verificar através da análise dos resultados apresentados na Tabela III que observam-se diferenças significativas ao nível do IPC entre Portugal e Noruega ($t(38) = 31.978$, $p < 0.001$). O IPC da Noruega ($M=86.3500$, $DP=2.6213$) apresenta-se significativamente superior ao de Portugal ($M=62.9000$, $DP=1.9708$), o que expressa um nível de corrupção menor na Noruega comparativamente com Portugal. Observam-se também diferenças significativas ao nível da Dívida Pública entre Portugal e a Noruega ($U=400.000$, $p < 0.001$). A Dívida Pública da Noruega ($M=44.0414$, $DP=7.9635$) é significativamente inferior à de Portugal ($M=107.5275$, $DP=31.2388$). Por fim, observam-se também diferenças significativas no Número de empresas que faliram entre Portugal e Noruega ($t(15.029) = -30.763$, $p < 0.001$). O Número de empresas que faliram na Noruega ($M=4237.7500$, $DP=683.1823$) é significativamente inferior ao de Portugal ($M=155268.3125$, $DP=19628.6050$), indicando que o tecido empresarial norueguês é mais estável, o que indica um ambiente empresarial sólido. Já em Portugal comparativamente com a Noruega podemos concluir que apresenta através dos resultados uma maior instabilidade a nível empresarial.

Nos restantes domínios não se observaram diferenças significativas entre Portugal e a Noruega ($p \geq 0.05$). As restantes variáveis não apresentam diferenças significativas fazendo apenas do IPC, Dívida Pública e Número de empresas que faliram, as principais diferenças entre estes dois países.

Para perceber e identificar a relação entre a corrupção (IPC) e os restantes indicadores e responder às restantes questões propostas realizamos uma ANOVA Univariada via *General Linear Models*, tendo IPC como variável dependente, o País como fator fixo e como covariáveis: Inflação, PIB, *Trade*, Dívida Pública, Formação Bruta de Capital Fixo, Carga Fiscal e por fim Número de empresas que faliram. O modelo revelou-se significativo ($F_{(8, 26)} = 155.507$, $p < 0.001$), explicando 99.0% da variância do IPC ($R^2 = 0.990$). Com este modelo pretendemos identificar quais os preditores significativos de IPC e com isto respondemos à segunda e última pergunta: **”Quais os indicadores que mais influenciam a corrupção?”**.

Tabela IV
General Linear Models

Tests of Between-Subjects Effects						
Dependent Variable: Índice de Perceção de Corrupção (0-100)						
Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.	Partial Eta Squared
Corrected Model	4995.987 ^a	8	624.498	155.507	.000	.980
Intercept	105.236	1	105.236	26.205	.000	.502
Inflação	13.683	1	13.683	3.407	.076	.116
Carga_Fiscal	10.355	1	10.355	2.578	.120	.090
Trade	22.597	1	22.597	5.627	.025	.178
FB_Capital_Fixo	14.403	1	14.403	3.587	.069	.121
Divida_Publica	23.659	1	23.659	5.891	.022	.185
N_Empresas_Faliram	33.074	1	33.074	8.236	.008	.241
PIB	3.952	1	3.952	.984	.330	.036
Pais	3.370	1	3.370	.839	.368	.031
Error	104.413	26	4.016			
Total	205138.000	35				
Corrected Total	5100.400	34				

a. R Squared = .980 (Adjusted R Squared = .973)

Tabela V
Estimativa de Parâmetro GLM

Parameter Estimates							
Dependent Variable: Índice de Perceção de Corrupção (0-100)							
Parameter	B	Std. Error	t	Sig.	95% Confidence Interval		Partial Eta Squared
					Lower Bound	Upper Bound	
Intercept	107.636	23.083	4.663	.000	60.190	155.083	.455
Inflação	-.703	.381	-1.846	.076	-1.486	.080	.116
Carga_Fiscal	-1.010	.629	-1.606	.120	-2.303	.283	.090
Trade	.329	.139	2.372	.025	.044	.615	.178
FB_Capital_Fixo	.000	.000	-1.894	.069	.000	1.893E-5	.121
Divida_Publica	-.106	.044	-2.427	.022	-.197	-.016	.185
N_Empresas_Faliram	-8.547E-5	2.978E-5	-2.870	.008	.000	-2.425E-5	.241
PIB	.030	.030	.992	.330	-.032	.091	.036
[Pais=0]	4.937	5.389	.916	.368	-6.140	16.015	.031
[Pais=1]	0 ^a

a. This parameter is set to zero because it is redundant.

Pelos resultados apresentados na tabela V e de modo a responder à pergunta proposta verifica-se que os preditores significativos tanto direta como indiretamente do IPC são: o *Trade* ($\beta=0.329$, $p=0.025$), a Dívida Pública ($\beta=-0.106$, $P=0.014$), o Número de empresas que faliram ($\beta=-8.547E-5$, $p=0.008$), a Inflação ($\beta=-0.703$, $p=0.076$), Carga Fiscal ($\beta=-$

1.010, $p=0.120$) e Formação Bruta de Capital Fixo ($\beta=0.00$, $p=0.069$). É importante referir que estes preditores: Inflação, Carga Fiscal e Formação Bruta de Capital fixo são marginalmente significativos.

Pela dimensão do efeito, analisada através do *Partial Eta Square* podemos ainda observar que o Número de empresas que faliram é o preditor que mais influencia o IPC ($\eta^2_p=0.241$). A Dívida Pública é o segundo indicador que mais influencia o Índice de Perceção de Corrupção ($\eta^2_p=0.185$), o indicador seguinte é o *Trade* ($\eta^2_p=0.178$). Os indicadores que menos impactam o IPC consoante aquilo que podemos constatar na tabela IV são o PIB ($\eta^2_p=0.036$) e a Carga Fiscal ($\eta^2_p=0.090$).

3. Discussão dos Dados

Concluimos através da análise dos dados da tabela III e ao responder à primeira questão que os preditores que mais se destacam comparando Portugal e Noruega são: o IPC, a Dívida Pública e o Número de empresas que faliram, não se observando diferenças significativas entre Portugal e a Noruega ($p \geq 0.05$) nas restantes variáveis.

Portugal ($M=107.5275$, $DP=31.2388$) apresenta um maior nível de Dívida Pública, comparativamente à Noruega ($M=44.0414$, $DP=7.9635$). Segundo Benfratello *et. al.* (2017) por Portugal apresentar uma maior dívida pública pode apresentar consequentemente uma redução no seu crescimento económico e assim mais dificuldade no seu desenvolvimento, pois como pudemos constatar na revisão de literatura; países com maior dívida pública estão sujeitos a restrições orçamentais mais severas, a um aumento da inflação e até mesmo a crises estruturais, que por sua vez levam à diminuição dos níveis de crescimento.

Portugal ($M=155268.3125$, $DP=19628.6050$), apresenta também um maior Número de Empresas que faliram comparativamente à Noruega ($M=4237.7500$, $DP=683.1823$) indicando que o tecido empresarial norueguês é mais estável, o que permite um ambiente empresarial mais sólido, em comparação com Portugal. Como pudemos refletir na revisão de literatura, segundo Ezebilo *et al.* (2019) Portugal pode maiores níveis de regulação burocrática a nível empresarial e nos negócios e algum histórico de corrupção no sector público comparativamente à Noruega podendo assim apresentar maioritariamente um desempenho negativos no índice de facilidade para fazer negócio (pois existem mais

impedimentos que restringem o bom funcionamento do sector público, amplificando os efeitos negativos da corrupção nas atividades empresariais) com este preditor temos também de ter em consideração que a corrupção no mercado e no mundo empresarial tem um efeito dual pois dependendo do contexto do país, do sector, tamanho e tempo das empresas no mercado, a corrupção pode ajudar ou prejudicar as empresas tanto no seu desempenho como na sua sustentabilidade (Nam *et al.* 2020).

Por fim e ainda relativamente à tabela III e resposta à primeira pergunta proposta, identificamos que o IPC da Noruega (M=86.3500, DP=2.6213) apresenta-se significativamente superior ao de Portugal (M=62.9000, DP=1.9708), o que expressa um nível de corrupção menor na Noruega comparativamente com Portugal isto expressa e reflete refletem a importância da existência de um forte sistema de integridade que acaba por se refletir num sistema socioeconómico mais forte e menos corrupto, sendo este o caso da Noruega, contrastando com a fraca implementação de um sistema de integridade que consequentemente se expressa através de um sistema socioeconómico mais corrupto como podemos observar que acontece em Portugal. Como constatado anteriormente por Sousa (2011) a prevalência da corrupção num determinado país está associada à organização do estado, às dimensões do mesmo, ao seu nível de intervenção na economia, ao peso que o estado exerce sobre o seu sector empresarial e por fim nas formas como o estado organiza o seu poder político e por fim a intervenção do governo sobre a corrupção está diretamente relacionada com a sua sensibilidade para os códigos de conduta existentes e praticados (Goel e Nelson, 2010).

Ao perceber e identificar a relação entre a corrupção (IPC) e os restantes indicadores concluímos que na Tabela V o *Trade* é um preditor significativo de IPC ($\beta=0.329$, $p=0.025$), apresentando uma relação direta com este. Ou seja, a um aumento do *Trade* encontra-se associado um aumento do valor de IPC e consequentemente um menor nível de corrupção. A Dívida Pública é também um preditor significativo de IPC ($\beta=-0.106$, $P=0.014$) apresentando uma relação indireta com este, ou seja, um aumento da Dívida Pública está associado a uma diminuição do valor de IPC e consequentemente um maior nível de corrupção; isto confirma aquilo que podemos observar com Kim *et al.* (2017) na revisão de literatura, pois segundo já mencionado anteriormente a interação entre a dívida pública e a corrupção é significativa, sendo esta a responsável pelos efeitos nefastos da dívida pública no crescimento económico (Kim *et al.* 2017). Por fim o

Número de empresas que faliram é também um preditor significativo de IPC ($\beta=-8.547E-5$, $p=0.008$) apresentando uma relação indireta com este, ou seja, um aumento do Número de empresas que faliram está associado a uma diminuição do valor de IPC e consequentemente um maior nível de corrupção. Como pudemos também concluir na revisão de literatura com Pellegrini *et al.* (2017) que a corrupção impacta significativamente ao nível corporativo. Pequenos e médios negócios apresentam menores possibilidades de lutar contra os atos corruptivos, comparativamente às grandes empresas alterando as relações entre as grandes empresas e as PME's que possuem um grande impacto no crescimento económico de um país.

A corrupção consoante a revisão de literatura pode ainda reduzir a produtividade do capital marginal acabando por promover uma maior insegurança nos negócios (Bodislav *et al.* 2016).

Dos indicadores significativos de IPC podem ainda destacar-se: Inflação ($\beta=-0.703$, $p=0.076$), Carga Fiscal ($\beta=-1.010$, $p=0.120$) e Formação Bruta de Capital Fixo ($\beta=0.00$, $p=0.069$). Os preditores Inflação e Carga Fiscal apresentam uma relação indireta com o IPC sendo que o aumento da Inflação e da Carga Fiscal levam a uma diminuição do IPC; ou seja a um aumento da corrupção. Já o indicador Formação Bruta de Capital Fixo por apresentar $\beta=0.00$ é considerado indiferente ao IPC.

Segundo Blackburn (2012) a relação entre desenvolvimento e corrupção é negativa e causal em dois sentido, pois, elevados níveis de corrupção levam a um menor nível de desenvolvimento e vice-versa, ou seja influenciam-se negativamente, sendo que a corrupção pode danificar os possíveis ganhos económicos (Blackburn, 2012).

Através do *Partial Eta Square* podemos ainda perceber que o IPC por apresentar ($\eta^2_p=0.241$) é o preditor que mais influencia as suas variações, o que consequentemente indica que o preditor Número de empresas que faliram tem uma grande poder sobre o IPC acabando por justificar 24,1% da sua variação, seguindo-se o preditor Dívida Pública ($\eta^2_p=0.185$). O que menos influencia/explica as variações do IPC é o preditor PIB ($\eta^2_p=0.036$), sendo apenas responsável por explicar 3,6% da variação do IPC.

CAPÍTULO 4

Conclusão, Limitações e Sugestões Futuras

O presente capítulo será repartido em três partes distintas. Primeiramente serão elaboradas considerações finais tendo em conta as temáticas abordadas e a análise de dados feita, de seguida serão expostas as limitações do estudo e por fim sugestões para futuras investigações.

1. Principais Conclusões

Como descrito na revisão de literatura a corrupção é um fenómeno milenar transcultural, é também um fenómeno que compreende práticas e comportamentos desviantes. É a troca oculta entre dois ou mais intervenientes e pode ocorrer de diferentes formas e por múltiplas causas (Sousa, 2011).

A corrupção tem um impacto significativo no crescimento económico das sociedades e assim, consequentemente no seu desenvolvimento, visto que esta promove economias paralelas, impacto negativo nas relações comerciais, uma diminuição nos investimentos e um aumento da instabilidade (Bodislav *et al.* 2016).

O objetivo desta dissertação como já referido passou por compreender quais os determinantes que mais influenciam a corrupção e quais os que se destacam comparando os dois países: Portugal e Noruega. Como referido no início desta dissertação os efeitos e consequências da corrupção são inconclusivos, então a realização deste trabalho poderá ajudar de algum modo a contribuir para uma maior compreensão sobre esta temática.

Para responder às questões propostas foi elaborado tanto um General Linear Models, como um teste T de amostras independentes, bem como uma ANOVA. Conclui-se que, como se prevê na literatura, a Dívida Pública, o Número de empresas que faliram, a Inflação, a Carga Fiscal têm uma relação positiva com a corrupção, sendo o Trade o único preditor que apresenta uma relação indireta com a corrupção. Constatamos ainda que o principal indicador que influencia ou explica a corrupção é o Número de empresas que faliram explicando 24,1% do IPC, o que corrobora com a ideia de que realmente o ciclo de vida empresarial está relacionada com a corrupção. Entre os dois países seleccionados neste trabalho (Portugal e Noruega), podemos verificar que as principais diferenças entre eles são efetivamente: o Índice de Perceção de Corrupção, a Dívida

Pública e por fim o Número de empresas que faliram. Podemos assim concluir que realmente Portugal é significativamente mais corrupto que a Noruega, o que comprova que um forte sistema de integridade e uma boa implementação deste, são fulcrais para o combate à corrupção. Podemos também concluir que Portugal tem um tecido empresarial mais instável e ainda uma maior dívida pública, o que faz com que haja menos crescimento e menos desenvolvimento comparativamente à Noruega.

Por fim podemos então responder às perguntas propostas. Como resposta à primeira pergunta proposta **“Quais os indicadores que se destacam comparando a Noruega, um país com um forte sistema de integridade e Portugal, um país com fraco sistema de integridade?”** podemos observar que os principais indicadores que se destacam depois de feita a comparação da média de todos os preditores seleccionados, que o IPC (Índice de Perceção de Corrupção), a Dívida Pública e o Número de empresas que faliram são os únicos indicadores que se destacam. Já a responder à segunda pergunta proposta **“Quais os indicadores que mais influenciam a corrupção?”** conclui-se que os preditores que mais influenciam a corrupção são: o Número de empresas que faliram (influenciando 24,1%), a Dívida Pública (influenciando 18,5%), o *Trade* (influenciando 17,8%), a Formação Bruta de Capital Fixo (influenciando 12,1%) e por último a Inflação (influenciando 11,6%). Por fim pudemos ainda concluir que os preditores *Trade*, Dívida Pública, Número de empresas que faliram, Inflação e Carga Fiscal são significantes para o IPC ou seja para a corrupção, sendo todos estes indicadores indiretos ao IPC à exceção do *Trade* que apresenta uma significância direta ao IPC. Isto permite perceber que se a Dívida Pública, o Número de empresas que faliram, a Inflação e a Carga Fiscal aumentam, a corrupção também aumenta, pois o IPC diminui, sendo estes indicadores importantes para o crescimento económico e o desenvolvimento. Apenas o preditor *Trade* apresenta uma relação significativa direta ao IPC o que significa que se o *Trade* aumenta, o IPC aumenta, o que representa uma diminuição da corrupção.

2. Limitações

Como principal limitação ao estudo identificou-se a inexistência de alguns dados mais especificamente a ausência dos dados do número de empresas que faliram em 2000, 2002 e 2003. Outra limitação encontrada passa pelo facto da Organização de Transparência Internacional ter alterado os seus critérios de análise de avaliação a partir

de 2012 o que pode ter tido impacto no estudo visto que, de 2000 a 2012 os critérios utilizados para perceber e avaliar a perceção de corrupção dos países eram outros. Por último o número de anos utilizados e o facto de ter estudado apenas Portugal e Noruega apresentou-se como uma limitação, pois refletiu-se no tamanho da amostra.

3. Sugestões Futuras

A corrupção é uma temática que apesar de apresentar alguns estudos a ela associados ainda é pouco explorada e aprofundada no meio académico.

Estudos mais aprofundados sobre esta temática seriam fulcrais para demonstrar as reais consequências destas práticas tanto aos governos como aos cidadãos, motivando assim, cada vez mais comportamentos éticos que contrariem a normalização da corrupção em sociedade.

Como tema de investigação para o futuro, associado a esta temática gostaríamos de sugerir a realização de um estudo comparativo de corrupção entre o sector público e privado em Portugal, de modo a perceber-se qual o sector mais corrupto e quais as medidas mais eficazes, consoante o sector, para o combate à mesma.

Por fim, sugere-se também como futura investigação, o estudo da perceção das novas gerações sobre a corrupção e o seu impacto; a sua relevância para os jovens que comparativamente às gerações anteriores têm mais acesso à informação e qual o papel que as redes sociais podem ter na educação e consciencialização desta temática.

Referências Bibliográficas

Abdesselam, R., Bonnet, J. & Renou-Maissant, P. (2020). What are the drivers of business demography and employment in the countries of the European Union?. *Applied Economics* Vol. 52, Nº 37 (52:37), 4018-4043.

Accinelli, E., Martins, F., Pinto, A. & Quintas, L. (2017). Who controls the controller? A dynamical model of corruption. *The Journal of Mathematical Sociology* 41:4, 220-247.

Arvind, J. (2001). CORRUPTION: A REVIEW . *JOURNAL OF ECONOMIC SURVEYS* Vol. 15, Nº 1, Blackwell Publishers Ltd. 2001, Oxford OX4 1JF, 72-12.

Bação, P., Gaspar, I. & Simões, M. (2019). Corruption and Economic Growth: The Case of Portugal. *Notas Económicas*, Dezembro, 11-33.

Baptista, C. & Sousa M. (2014). *Como fazer Investigação, Dissertação, Tese e Relatórios, Segundo Bolonha*. Lisboa. Edição: Pactor.

Benfratello, L., Del Monte, A. & Pennacchio, L. (2018). Corruption and public debt: a cross-country analysis. *Applied Economics Letters*, 340-344.

Blackburn, K. (2012). Corruption and development: explaining the evidence. *The Manchester School* Vol. 80, issue 4, 401-428.

Bodislav, D., Georgescu, R. & Rotaru, C. (2016). A review of corruption based on the social and economic evolution of Ancient Greece and Ancient Rome. *Theoretical and Applied Economics* Vol. 23 Nº 2 (607), Summer, 239-248.

Checherita-Wstpahl, C. & Rother, P. (2012). The impact of high government debt on economic growth and its channels: An empirical investigation for the euro area. *European Economic Review* 56, 1392–1405.

Chen, C. & Cheng, S. (2019). The Effects of Corruption and Regulation on Business Entrepreneurship: Evidence from American States. Florida International University, *Public Performance & Management Review* Vol. 42, N° 6, 1481–1506.

Cooray, A., Dzhumashev, R. & Schneider, F. (2016). How Does Corruption Affect Public Debt? An Empirical Analysis. *World Development* Vol. 20, 0305-750.

Ezebilo, E., Odhuno, F. & Kavan, P. (2019). The Perceived Impact of Public Sector Corruption on Economic Performance of Micro, Small, and Medium Enterprises in a Developing Country. *Economies* , 7, 89.

Goel, R. & Nelson, M. (2010). Causes of corruption: History, geography and government. *Journal of Policy Modeling*, Vol. 32, Issue 4, July-August 433-447.

Hafner, M., Taylor, J., Disley, E., Thebes, S., Barberi, M. & Stepanek, M. (2016). Annex II-The Cost of Non-Europe in the area of Organised Crime and Corruption. *European Parliamentary Research Service, European Added Value Unit*, 579-319.

Huntington, S. (1968). Political Order in Changing Societies. New Haven and London, Yale University Press.

IMF (2020). *Inflation rate, average consumer prices (Annual percent change)* Setembro 2020. IMF Datamapper. [Base de dados]. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD.

Kim, E., Ha, Y. & Kim, S. (2017). Public Debt, Corruption and Sustainable Economic Growth. *Sustainability*, 9, 433.

Lepojević, V., Dukic, M. & Stefanovic, S. (2019). The impact of corruption on starting the new business – Comparative analysis of Western Balkan countries and developed Europeans countries. *Универзитет у Нишу*, TEME, г. XLIII, 527–542.

Maia, J. (2015). Corrupção em Portugal – Abordagens distintas de um mesmo objeto. *Media&Jornalismo*, Imprensa da Universidade de Coimbra Nº 26, Vol.14, Nº1.

Mores, G. (2009). *A corrupção no Brasil: um estudo sobre os possíveis determinantes econômicos, políticos e sociais*. Monografia Premiada com Menção honrosa no 4º Concurso de Monografias da CGU – Edição 2009.

Morris, S. (2011). Forms of Corruption. *CESifo DICE Report*, ISSN 1613-6373, ifo Institut - Leibniz-Institut für Wirtschaftsforschung an der Universität München, München, Vol. 09, Iss. 2, 10-14.

Mulcahy, S. (2012). *Money, politics, power: corruption risks in Europe*. Transparency International.

Nam, V., Nguyen, M., Nguyen, D. & Luu, H. (2020). The impact of corruption on the performance of newly established enterprises: Empirical evidence from a transition economy. *Borsa Istanbul Review*.

OECD (2020). *Declaration on International Investment and Multinational Enterprises*. OECD/LEGAL/0144.

OECD (2018). *Due Diligence Guidance for Responsible Business Conduct*. OECD Publishing.

OECD (2017). *Entrepreneurship at a Glance*. OECD Publishing.

OECD (2020). *General government deficit (indicator)*. Setembro 2020. OECD Data. [Base de dados]. Disponível em: 10.1787/77079edb-en.

OECD (2020). *Gross domestic product (GDP) (indicator)*. Setembro 2020. OECD Data. [Base de dados]. Disponível em: 10.1787/dc2f7aec-en.

OECD (2020). *Investment (GFCF) (indicator)*. Setembro 2020. OECD Data. [Base de dados]. Disponível em: 10.1787/b6793677-en.

OECD (2011). *OECD Guidelines for Multinational Enterprises*. OECD Publishing.

OECD (2020). *Tax wedge (indicator)*. Setembro 2020. OECD Data. [Base de dados]. Disponível em: 10.1787/cea9eba3-en.

OECD (2020). *Unemployment rate (indicator)*. Setembro 2020. OECD Data. [Base de dados]. Disponível em: 10.1787/52570002-en.

Organização de Transparência Internacional (2020). *País perde dois pontos no índice da Transparency Internacional, refletindo a falta de reformas estruturais para o reforço da integridade no sistema político*. [Em linha]. Disponível em: <https://transparencia.pt/portugal-derrapa-no-indice-de-percepcao-da-corrupcao-2019/> [Acesso em: 2020/04/20].

Pellegrini, B., Bellavite, C., Sergi, B. & Sironi, E. (2017). Stock Returns, Productivity, and Corruption in Eight European Fast-Emerging Markets. *Thunderbird International Business Review* Vol. 59, Nº1.

Pippidi, A. (2006). Corruption: Diagnosis and treatment. *Journal of Democracy*, July, Vol.17, Nº3.

PORDATA (2020). *Demografia das Empresas*. Setembro 2020. Portugal. [Base de dados]. Disponível em: <https://www.pordata.pt>.

Quintanilla, P., Cummins-Tripodi, P., Marié, A. & Mussio, E. (2018). *The cost of corruption across the EU*. The Greens/EFA Group.

Roman, A. (2012). The myths within anticorruption policies. *Administrative Theory & Praxis* June 2012, Vol. 34, N°2, 237-254.

Roman, A. & Miller, H (2012). *Family, friends and corruption*. Florida Atlantic University.

Sahakya, N. & Stiegert, K. (2012). Corruption and Firm Performance. *Eastern European Economics*, November-December, Vol. 50, N°6, 5–27.

Sousa, L. (2011). *Corrupção*. Lisboa. Relógio D'Água Editores.

Sousa, L. & Gouvêa, G. (2018). Legal Corruption and Dissatisfaction with Democracy in the European Union. *An International and Interdisciplinary Journal for Quality-of-Life Measurement*, Vol. 140 N° 2, 0303-8300.

Statistics Norway (2020). *Business Statistics*. Setembro 2020. Statbank. [Base de dados]. Disponível em: <https://www.ssb.no/en/statbank/table/03928>.

Transparency International (2020). *Corruption Perceptions Index*. Setembro 2020. Organização de Transparência Internacional. [Base de dados]. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/cpi>.

UNDP (2020). *IDH*. Setembro 2020. UNDP. [Base de dados]. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/indicators/137506>.

World Bank Development Indicators (2020). *World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files Population*. Setembro 2020. World Bank Data. [Base de dados]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>.

World Bank Development Indicators (2020). *World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files Trade (% of GDP)*. Setembro 2020. World Bank

Data. [Base de dados]. Disponível em:
<https://data.worldbank.org/indicator/NE.TRD.GNFS.ZS>.

Žmuk, B., Dumicic, K. & Harmina, A. (2020). Features of business demography statistic in european countries: Relation of enterprises deaths and births to GDP per capita and unemployment. *Interdisciplinary Description of Complex Systems* 18, 116-134.